

## **Situação dos Estudos de Gênero em Comunicação na América Latina:**

### **Breve Olhar a Partir do Brasil**

Cláudia Lago (USP)

Mara Coelho de Souza Lago (UFSC)

Monica Martínez (UNISO)

#### **Introdução<sup>1</sup>**

Desde o final do século XIX, de forma gradual, as mulheres desencadearam uma das grandes revoluções ocorridas no Ocidente, passando a participar da sociedade de forma cada vez mais ativa. Com isso, se posicionaram aos poucos também no espaço público, transcendendo a esfera privada que até então lhes era tradicionalmente reservada. A mudança da atuação social é visível no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na ampliação das possibilidades de carreiras – e na fundamental independência econômica –, na emergência de lideranças comunitárias, na pesquisa e ensino, incluindo, ainda que em menor escala, a representação nos sistemas governamentais e políticos. (MIGUEL; BIROLI, 2011)

Este movimento também acontece na América Latina. Aqui a luta das mulheres desenvolveu-se amparada por um grande número de espaços públicos de discussão acadêmica e troca de experiências. Destacam-se os Encontros Feministas Latino Americanos e do Caribe (EFLAC<sup>2</sup>), realizados desde 1981, que ocupam lugar importante

---

<sup>1</sup> Este capítulo aprofunda reflexões feitas pelas autoras em artigo publicado na Revista Famecos, v. 23, no 2, citada na bibliografia.

<sup>2</sup> O primeiro EFLAC, realizado em Bogotá, na Colômbia, reuniu 189 mulheres de 19 países, com o objetivo de reunir feministas para trocar experiências, opiniões e identificar problemas e permitir uma atuação conjunta frente a estes. Os encontros passaram a se realizar de dois em dois anos, em vários países, até 1990, quando se tornaram trienais. O último encontro (XIII edição do evento) aconteceu em 2014 em Lima (Peru) e reuniu cerca de 1500 mulheres, reunidas em torno do tema “Encuentros em la

1

na configuração dos feminismos da região, na articulação e nos embates dentro do movimento feminista e também na relação destes com movimentos sociais mais amplos.

Este conjunto de espaços constituem esferas de diálogo transnacionais que se organizam fora das arenas públicas reconhecidas, como as conferências da Organização das Nações Unidas (ONU<sup>3</sup>). Chamando estes encontros de “extra-oficiais”, Alvarez, Friedman, Beckman, Ericka et all (2003) discutem como reforçam elos alternativos e, por colocarem em contato mulheres de diversos países em diversos momentos de suas lutas, ajudam a construir solidariedades, alterando as dinâmicas dos movimentos nos seus níveis locais e nacionais. Além desses, vários encontros nacionais são organizados em diversos países do continente, com caráter mais militante ou misturando a militância com a discussão acadêmica. É o caso do Brasil<sup>4</sup> com o encontro *Fazendo Gênero*<sup>5</sup> entre outros, evento organizado desde a década de 1990 por um grupo interdisciplinar de estudos de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e que em sua 11ª edição, em 2017, sedia a *13th Women's Worlds (WW) Conference*, encontro internacional dessa área de estudos e militância, a qual acontece pela primeira vez na América do Sul.

---

diversidade: rebeldias, creaciones y transformaciones”. O XIV EFLAC acontece este ano (2017), em novembro em Montevideo (Uruguai). Um histórico dos encontros, bem como um panorama das discussões e atividades do XIII EFLAC pode ser acessado em <http://www.13eflac.org>. O endereço no facebook para o XIV EFLAC é <https://www.facebook.com/14EFLACUruguay/>. Uma reflexão sobre o papel e os fomentadores dos Encontros pode ser acessada em ALVARES, Sonia E., FRIEDMAN, Elisabeth J., BECKMAN, ERICKA et all (2003) citadas na bibliografia deste texto.

<sup>3</sup> A Organização das Nações Unidas tem realizado inúmeras conferências e encontros em que as questões relativas à desigualdade das mulheres é central. Foram realizadas quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres ( 1975 México, 1980 Copenhague, 1985 Nairobi e 1995, a IV Conferencia em Beijing). A Conferência de Beijing transforma ao trocar o conceito de Mulher pelo de Gênero, adotando a Plataforma de Ação de Beijing, que aborda 12 âmbitos críticos como obstáculos, bem como indica medidas concretas para se alcançar a igualdade. A partir de Beijing, foram realizadas outras reuniões que avaliaram as dificuldades para implementar a Plataforma: Beijing+5, Beijing+10 e Beijing15, em 2010 quando criou-se o ONU Mulheres <http://www.unwomen.org/es/about-us/about-un-women>.

<sup>4</sup> O Brasil desde cedo figurou como um cenário importante no contexto da América Latina nas lutas das mulheres, mas não foi de longe o único país a apresentar a pujança deste movimento. Suas dimensões continentais, por outro lado, têm garantido a presença de um número sempre expressivo de manifestantes nos encontros transnacionais, além da organização de espaços nacionais de trocas e lutas que também reúnem centenas de mulheres.

<sup>5</sup> Fazendo Gênero: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/>

As lutas das mulheres, o feminismo latino-americano (ALVAREZ, FRIEDMAN, BECKMAN, ERICKA et all 2003; FEMENIAS, 2007; GARGALLO 2007) é pleno de controvérsias, diferenças e aspectos distintivos entre os vários grupos que em torno dele se organizaram e organizam, como não poderia deixar de ser, já que se articula a partir da luta de mulheres que trazem marcas sociais e culturais muito diversas, que compõem pautas específicas e às vezes até pouco conciliáveis.

Um dos aspectos que caracteriza o feminismo latino-americano é a vinculação e articulação de espaços de militância autônoma e também institucional com espaços dentro das universidades (MACHADO, 1992). Estas, a partir da década de 80, se tornaram importantes *loci* para discutir tanto questões relacionais de gênero e sexualidades, como também feministas, uma vez que contemplam a luta pela igualdade de direitos elegendo, conforme o lugar, a nação ou a universidade, alguns temas privilegiados. Nas universidades desenvolveram-se e se desenvolvem estudos que enfatizam a trajetória das mulheres no mundo público, o trabalho feminino, marcado pelas duplas ou triplas jornadas de trabalho e salários desiguais para as mesmas funções, a divisão desequilibrada de responsabilidades domésticas e com os filhos no mundo privado, a tutelação jurídica das mulheres, do controle de suas sexualidades, entre outras temáticas.

É dentro deste contexto que se colocam posteriormente, na academia, os estudos de gênero, emblemáticos para se falar da relação entre a vida concreta e a teoria, entre cotidiano e conhecimento. O campo de estudos de gênero, multi e interdisciplinar, gestado na relação anterior entre academia e feminismo, ocupa um lugar fundamental em pesquisas vinculadas às humanidades. Além disso, o que é matéria deste capítulo, entrelaça-se com estudos que pensam o papel constituinte da mídia nas representações discursivas sobre feminino/masculino, sexualidades e gênero, entre outras vertentes.

A pujança do campo de estudos de gênero e sua imbricação com a mídia, no entanto, aparentemente não se reflete nas pesquisas em comunicação no espaço latino-americano, pelo menos se olharmos para estudos ancorados no campo da Comunicação. Assim, pesquisas que devotam boa parte de seus esforços à análise dos processos narrativos e discursivos operados pelo jornalismo (VEIGA, 2014), e por representações construídas pelos meios, além de outro tanto à análise dos processos de produção midiática, que envolvem espaços de trabalho cada vez mais femininos em boa parte dos países latino-americanos, partem muito mais de outras áreas do que do Campo da Comunicação.<sup>6</sup>

### **1. Feminismos Latino Americanos**

Não é objetivo deste trabalho realizar uma discussão histórica e contextual sobre a emergência e existência de feminismos latino-americanos. No entanto, como sua constituição se refletirá nos estudos sobre mulheres/gênero, é importante apresentá-los e, especialmente, indicar as diferenças e os posicionamentos que os distinguem em relação a concepções e desenvolvimentos de estudos feministas produzidos principalmente nos Estados Unidos e Europa, que inicialmente os influenciaram de forma hegemônica. Segundo autoras como as australianas Connel e Pearce (2015), essas visões hegemônicas do campo de estudos feministas e de gênero, não dão conta das especificidades da questão em outras partes do mundo e na América Latina, com seus múltiplos cruzamentos raciais e étnico culturais<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> A constituição da Comunicação como campo de estudo tem sido objeto de intensa reflexão entre pesquisadores latino americanos, especialmente brasileiros. Um pouco dos termos da discussão pode ser observado em Lopes (2006) e Braga (2011). O que é importante para este trabalho, especificamente, é perceber que a pujança de estudos de gênero não se traduz em termos de presença dentro do campo de estudos da comunicação que, por outro lado, tem já uma trajetória disciplinar consolidada.

<sup>7</sup> Conferir também Hemmings, 2009.

No início dos movimentos femininos emancipatórios latino-americanos, estavam posicionadas as mulheres burguesas lutando por reivindicações tidas como burguesas, como o direito à educação, o acesso a profissões (desde que “respeitáveis”) aos quais no início do século XX incluíram-se as reivindicações do direito ao voto (KÜPPERS,2001:17). A estas pioneiras do século XX somaram-se, conforme o país e suas condições sociais e econômicas, trabalhadoras, operárias e uma classe média urbana em movimentos que se organizavam dialeticamente, no caso da América Latina, também na luta contra as ditaduras que grassaram na segunda metade do século.

Neste momento Alvarez (2014:17) aponta para a heterogeneidade das posições das diversas protagonistas dos inúmeros movimentos que, reunidas em fóruns como os Encontros Feministas da América Latina e Caribe, debatiam sobre quem seriam as feministas e quem seriam as militantes organizadas em lutas gerais e que não teriam a percepção completa da luta feminista. Para ampliar ainda mais a heterogeneidade deste momento, ocorreu cedo a presença e a inflexão das “outras” mulheres: pobres, negras, indígenas e migrantes, que romperam com a uniformidade do movimento.

Posteriormente, junto com as aberturas políticas e o gradual fim das ditaduras militares no continente, Alvarez (2014) aponta para a ONGuização, momento caracterizado pelo processo a partir do qual os feminismos são incorporados e passam a ser absorvidos por instituições não governamentais, em geral apoiadas por financiamentos governamentais nacionais e internacionais, além de organismos como a ONU que, em troca, passam a privilegiar determinado tipo de trabalho e atuação, resultando em um efeito paradoxal:

No Brasil, como em muitos outros países da região latino-americana, podemos dizer que esses setores mais “ONGuizados” do feminismo se consolidaram e tornaram-se dominantes, quando não hegemônicos, dentro do campo feminista – ganhando acesso privilegiado ao microfone público e a muitos recursos econômicos e culturais, e assim

exacerbando desigualdades já inscritas no campo do feminismo e gerando algumas novas. (ALVARES, 2014 p.32)

No entanto, o que Alvarez identifica como “feminismo hegemônico” assenta-se sobre uma heterogeneidade política e conceitual que está na base do feminismo latino americano e que, na visão de Francesca Gargallo (2007), relaciona-se ao colonialismo e às divisões étnicas que sempre marcaram sua constituição:

A ideologia que apoia o feminismo latino-americano é o resultado, como todas as ideias de políticas anti-hegemônicas, de um processo de identificação de reivindicações e práticas políticas que têm variado ao longo de sua história. A participação de líderes comunitárias, crioulas<sup>8</sup> e indígenas na luta contra o colonialismo foi ampla, mas não reconhecida, e o triunfo dos liberais na maior parte do continente não resultou no reconhecimento da igualdade das mulheres. O legado do racismo colonial não permitiu que as mulheres fossem reconhecidas como tal, tendo, relegando-as a categorias ligadas tanto à classe de origem quanto ao pertencimento étnico: brancas, mestiças, indígenas e negras não compartilhavam visões de mundo nem espaços sociais, apenas o maltrato masculino que, no caso destas últimas, somava-se à violência de gênero e violência racista. (GARGALLO, 2007, s/p, tradução nossa)<sup>9</sup>

Um feminismo que se construiu diferente do hegemônico, posto que as lutas das mulheres latino-americanas foram trespassadas desde o início pelas lutas anticolonialistas e, mais tarde, no século XX, pelas lutas contra as ditaduras no continente. Segundo Gargallo

---

<sup>8</sup> No Brasil e em Portugal, crioulo designa um afrodescendente. Em alguns países latino-americanos, contudo, o termo significa descendentes de europeus nascidos na América. No Brasil, o termo “criolo”, derivado, é considerado pejorativo.

<sup>9</sup> Do original: El ideario que sostiene al feminismo latinoamericano es fruto, como todas las ideas políticas anti hegemónicas, de un proceso de identificación de reclamos y de prácticas políticas que han variado durante su historia. La participación de comuneras, criollas e indígenas en la lucha contra el colonialismo fue amplia, pero no reconocida, y el triunfo de los liberales en la mayoría del continente no redundó en el reconocimiento de la igualdad de las mujeres. El racismo heredado de la Colonia no permitió que las mujeres se reconocieran como tales, sino las relegó a categorías ligadas tanto a la clase de procedencia como a la pertenencia étnica: blancas, mestizas, indias y negras no compartían cosmovisiones ni espacios sociales, sólo el maltrato masculino que, en el caso de las últimas, sumaba la violencia machista y la violencia racista.

[...] as ideias feministas da América Latina estão ligadas ao sucesso do capitalismo na destruição de culturas locais (chamada globalização), e ao clima continental reativo de profunda crítica à ocidentalização da América, e às sequelas do racismo e colonialismo que têm como objetivo reorganizar as ideias e práticas políticas do neoliberalismo. "(GARGALLO, 2007, s/p, tradução nossa)<sup>10</sup>

Feminismo que questiona a ideia do universal, que busca em parte desocidentalizar-se e descolonizar-se<sup>11</sup> para resgatar e construir uma identidade própria e uma história que reflita a vida e a cultura das populações locais dizimadas pelo colonialismo europeu, que em suas vertentes mais críticas combate a ideia da democracia liberal como vazia, patriarcal e vinculada à heteronormatividade.

A análise de Gargallo aponta também diferenças fundamentais entre o feminismo europeu e o latino-americano:

Para se livrar de atribuição de gênero com suas características impositivas, as mulheres começam a reconhecer-se em sua história. Exclusão e morte, violência e negação de sua palavra, inferiorização e falta de direitos as têm acompanhado desde sempre. No entanto, não é o mesmo reconhecer-se nas milhões de bruxas assassinadas como tributo a uma modernidade que queria excluí-las de seu poder econômico e seus conhecimentos, como fizeram as europeias na década de 1970, que se reconhecer no massacre das latino americanas, convertendo seu corpo em um instrumento para a sujeição e reprodução de indivíduos contrários à sua cultura, em um *continuum* de tempo que não se deteve no século XVI, mas que atinge o presente. (GARGALLO, 2007, s/p, tradução nossa)<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Do original: "[...] las ideas feministas latinoamericanas se vinculan al éxito del capitalismo en la destrucción de las culturas locales (la llamada globalización), y al clima continental reactivo de profunda crítica a la occidentalización de América, y a sus secuelas de racismo y colonialismo que intentan reorganizarse en las ideas y las prácticas políticas del neoliberalismo." (Gargallo, 2007, s/p).

<sup>11</sup> Ver Cláudia Lima Costa (2014) sobre o conceito de descolonização.

<sup>12</sup> Do original: "Para deshacerse de la asignación del género con sus características impositivas, las mujeres empiezan a reconocerse en su historia. Exclusión y muerte, violencia y negación de su palabra, inferiorización y falta de derechos las han acompañado siempre. No obstante, no es lo mismo reconocerse en los millones de brujas asesinadas como tributo a una modernidad que quería excluirlas de su poder económico y sus conocimientos, como hicieron las europeas, en la década de 1970, que reconocerse en la masacre de las americanas, la conversión de su cuerpo en el instrumento para la sujeción y la reproducción de individuos contrarios a su cultura, en una continuidad de tiempo que no se ha detenido en el siglo XVI sino que alcanza el presente." (GARGALLO, 2007, s/p)

Neste sentido, a análise explicita que, no caso latino-americano, há ainda o agravante do massacre das diferenças étnico/raciais, que desembocou na falta de modelos identitários. Um exemplo no Brasil é a falta de modelos identitários para os afrodescendentes e etnias nativas, já que estes têm sido historicamente silenciados/subsumidos sobre a falsa ideia de uma harmonia racial. As/os índias/os, as/os afrodescendentes, aprendem nas escolas as versões de uma história dos vencedores brancos, com seus heróis e heroínas. Foram-lhes negados o culto às suas tradições, a seus próprios heróis. Com a mudança de paradigmas de análise, o multiculturalismo, o respeito às diferenças, a força de novos movimentos sociais, têm-se buscado a reversão desse quadro. É onde entram os estudos de gênero, interdisciplinares, interseccionados aos marcadores de classe, raça/etnia, gerações e outras diferenças.

## **2. Dos Estudos Feministas aos Estudos de Gênero<sup>13</sup>**

Dentro deste caldeirão heterogêneo e extremamente complexo se desenvolveram os estudos acadêmicos feministas e de gênero na América Latina, em um primeiro momento refletindo sobre as questões femininas, os “feminismos da igualdade” (PEDRO, 2006).

Um dado interessante é o de que os estudos feministas foram realizados principalmente por mulheres nas academias que, engajadas ou não em movimentos feministas, passaram a refletir sobre as questões femininas, sobre os próprios movimentos

---

<sup>13</sup> O campo dos estudos de Gênero não substituiu o dos estudos Feministas. Foram incorporados, abrindo a possibilidade para o desdobramento de suas temáticas, o que provocou inicialmente forte reação de grupos de teóricas e militantes feministas (e não apenas na América Latina). Apesar das resistências, o conceito de gênero foi incorporado ao campo feminista e realmente o abriu para novos temas, na concepção de que gênero é relacional e as mesmas estruturas sociais e históricas que produzem feminilidades, constroem também masculinidades, sejam elas homo ou heteronormativas.

e sobre as ciências nas quais foram educadas e com as quais trabalhavam: História, Antropologia, Letras, Sociologia, Psicologia, Ciências da Saúde, Políticas, Jurídicas, Engenharias, entre outras disciplinas. Na medida em que questionavam seus lugares na vida social, questionavam também os saberes que as excluíam ou, em alguns casos, inferiorizavam. Para isso, passaram a questionar as próprias teorias que explicavam o mundo social, suas organizações, seus sujeitos. Ao questioná-las, foi natural que desenvolvessem estudos e propusessem novos conceitos.

Também na América Latina observou-se o desenvolvimento dos estudos sobre mulheres a partir dos anos 60 do século passado, **impulsionados pelos** movimentos feministas<sup>14</sup>. Num primeiro momento, estudos sobre a *condição feminina*, brigando pela *igualdade entre os sexos*, pela não discriminação das mulheres, pelo seu direito à participação no mundo público, por oportunidades iguais de educação, de trabalho, de participação política, em cargos de chefia nas empresas, nos serviços públicos. Uma luta que, como revela a prática, ainda está em curso.

Nessa fase, desenvolveram-se também estudos sobre a condição da mulher na família e sobre a *divisão sexual do trabalho*, utilizando concepções teóricas das ciências sociais referentes ao patriarcado e à luta de classes. A questão da divisão sexual do trabalho tem sido fundamental para a discussão das diferenças entre homens e mulheres e para o debate sobre a persistência de desigualdades até hoje, tanto no mundo privado, no trabalho doméstico, quanto no mundo público, no desempenho das profissões que até hoje, em alguma medida, tendem a ser sexualizadas como femininas – caso das relacionadas aos cuidados-*care*-, e masculinas – as técnicas e gerenciais.

---

<sup>14</sup> Sobre esta perspectiva existe uma vasta bibliografia que pode ser iniciada pela Coleção Perspectivas Antropológicas da Mulher, publicada pela Zahar Editores, com inúmeros autores.

Num segundo momento os estudos em geral se voltam para o que foi chamado *feminismo das diferenças*: as mulheres seriam diferentes dos homens, e essas diferenças deveriam ser afirmadas, mas não poderiam servir para justificar as discriminações contra a mulher no âmbito privado (e.g. na família) ou público (e.g. na escola, no trabalho).

Alguns desses estudos não escaparam da persistente tendência à naturalização, dicotomizando papéis femininos e masculinos, agora num discurso que poderia ser caracterizado como o reverso da moeda: mulheres diferentes, mas portadoras de características que as tornavam superiores aos homens. Em paralelo a estes desdobramentos, tanto o conceito de papéis sexuais quanto as teorias clássicas das ciências humanas e sociais não conseguiram dar conta<sup>15</sup> das intrincadas questões das diferenças entre homens e mulheres, nas sociedades em geral e na atualidade. É nesse contexto que as categorias mulher, mulheres, condição feminina, papéis sexuais, utilizadas pelos estudos feministas, são substituídas pelo conceito de gênero<sup>16</sup>, importante ferramenta de análise nesse campo de estudos.

Segundo Machado (1992), a incorporação do conceito de gênero ocorre concomitante a um refluxo na militância feminista tradicional. A partir daí a academia começa a reordenar seu olhar, ao assumir como paradigma a noção de gênero que, como exemplifica a autora, “aponta para o caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino. Indica a exigência de um posicionamento teórico; não basta a escolha do

---

<sup>15</sup> Nas ciências sociais e humanas, as teorias clássicas não ofereceram ferramentas teóricas que pudessem dar conta de questões relevantes das relações de gênero, como atestam Rubin (1975) e inúmeras teóricas feministas (marxistas várias delas) como Heleith Saffioti (1992) no Brasil.

<sup>16</sup> A categoria gênero foi utilizada inicialmente pelo psicólogo neozelandês John Money (1955), em seus estudos sobre hermafroditismo, publicados na década de 1950 nos Estados Unidos. Foi retomada pelo psicanalista americano Robert Stoller (1968), nos estudos clínicos que realizou sobre sexualidade, em que desenvolveu o conceito de identidade de gênero. Na chamada segunda onda dos movimentos feministas, a categoria passou a ser utilizada por teóricas feministas americanas (conferir RUBIN, 1975 e SCOTT, 1989, dentre outras) nos sentidos que lhe são atribuídos e complexificados atualmente (BUTLER, 1990).

objeto empírico mulher. Os estudos não precisam, nem induzem a congregar exclusivamente mulheres estudando mulheres” (Machado, 1992, p. 9).

Um olhar que teve como destaque no Brasil o *Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas*, realizado em 1990 em São Roque (SP), e que “se tornou um marco na passagem dos estudos de mulher para os estudos de gênero e na reflexão sobre este campo de saber” (Machado, 1992, p. 10). Para esta autora, a passagem dos estudos feministas para os estudos de gênero significou a abertura para pensar a não universalidade da categoria mulher e, conseqüentemente, a não universalidade de todas as categorias referidas.

Com a utilização do conceito de *gênero* as teóricas conseguiram enfatizar a noção de *construção cultural* de papéis femininos e masculinos nas diferentes sociedades, ressaltando o *aspecto relacional* da construção histórica de masculinidades e feminilidades

A conceituação de gênero como categoria de análise, foi significativamente referida no Brasil e em outros países latino americanos, ao texto já clássico da historiadora estadunidense Joan Scott (1995) que destacava a percepção das diferenças entre os sexos como elemento constitutivo do gênero, *locus* primeiro das relações de poder. A adesão aos estudos de gênero estabeleceu diferentes perspectivas, em primeiro lugar enfatizando a inexistência de uma identidade feminina que dê conta de uma mulher universal (branca, pertencente às elites). Assim como não existe um homem universal, existem mulheres singulares, de diferentes gerações, nacionalidades, classes sociais, e etnias.

Estudos de gênero, portanto, são interseccionais (BRAH, 2006; PISCITELLI,2008) pois as diferenças de gênero são sempre perpassadas por outras diferenças, de raça/etnia, de classe, de idade, entre outras. Infinitudes de diferenças por meio das quais subjetividades são construídas. Diversidades ideológicas, religiosas,

políticas e outras, que fazem com que os sujeitos vivenciem de formas singulares suas profissões, credos, movimentos sociais, escolhas políticas, orientações sexuais, casamentos, maternidades, paternidades, relações familiares.

Por fim, estes tipos de estudos apontam que as relações de gênero não se dão apenas entre homens e mulheres, mas entre homens e homens, entre mulheres e mulheres, entre adultos, crianças e idosos, pois todos somos desde sempre seres gendrados, generificados, perpassados pela construção de identidades de gênero. A utilização da categoria gênero abriu possibilidades conceituais para os estudos de masculinidades, bem como ampliou os espaços acadêmicos dos estudos de sexualidades, objeto comum das militâncias acadêmicas e de movimentos feministas, gays e lésbicos.

No campo epistemológico os estudos, que se iniciaram com as discussões sobre patriarcado em perspectivas marcadas por estas teorias, teoria marxista e pelo confronto com as concepções psicanalíticas de subjetividade (Scott, 1995) foram se desenvolvendo pelo uso das teorias pós estruturalistas e desconstrucionistas, desdobrando-se atualmente nos chamados estudos *queer*<sup>17</sup> (PRECIADO, 2011, 2013, 2014; BUTLER 2006; MISKOLCI, 2012) e, na América Latina, pelos estudos descoloniais (COSTA 2014; LUGONES 2014)

### **3. Gênero e Comunicação na América Latina**

---

<sup>17</sup> Apesar da possível abertura dos estudos com o emprego da categoria gênero, autoras como Burke e Reigada (2006) apontam para desdobramentos nocivos caso o conceito descole-se da teoria feminista, que as autoras entendem como a base teórica e política do conceito. O mesmo se dá em relação aos estudos *queer*. Muitas feministas afirmam que o uso do conceito despolitizaria o campo pois tiraria o foco das questões de subordinação e opressão das mulheres. Sobre isso, ver Connel e Pearse (2015:140)

A 4ª Conferência sobre a Mulher, organizada pela ONU, conhecida como Conferência de Beijing (1995), indicou a centralidade da relação com a mídia, já que ela é um campo de produção de representações e visões de mundo essencial nas sociedades contemporâneas, talvez o campo de produção de sentidos – incluídos aí os de gênero, raça, sexo, etnia, identidades sociais. Pensar a relação Gênero e Comunicação, portanto, é não apenas necessário, como também estratégico.

Na América Latina, uma importante e necessária vertente que liga Gênero e Comunicação diz respeito ao mapeamento institucionalizado de organismos internacionais que reúne militantes do periodismo, das empresas de comunicação e acadêmicos para 1) identificar a forma como as questões de gênero são refletidas na mídia e 2) propor ações concretas de mudança da relação da mídia com temas e aspectos das questões de gênero. São vários esforços neste sentido e uma das iniciativas mais marcantes é o Proyecto de Monitoreo Global de Medios, levado a cabo pela Associação Mundial para a Comunicação Cristã (WACC) que, a partir da plataforma de Beijing (1995), a cada cinco anos registra e analisa como a mídia noticiosa trata e representa a mulher ao redor do mundo. O monitoramento é mundial, e tem sido importante para indicar a forma como as mulheres são representadas na mídia e incentivar ações de transformação nos diversos países que a ele aderem.

Os resultados para a América Latina são significativos. De acordo com o último mapeamento divulgado, que se ocupou da relação mulheres e mídia entre 2010 - 2015<sup>18</sup>, apesar de apontar que “nas últimas décadas, a diferença de gênero entre as pessoas que aparecem nas notícias se reduziu radicalmente na América Latina, com um

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://whomakesthenews.org/gmmp-2015>

impressionante 13%, passando de 16% em 1995 a 29% em 2015”<sup>19</sup>, o relatório indica que as notícias na região incluem como fontes apenas 27% de mulheres, o Caribe 29% e América do Norte 32%.

Outros pontos apontados são a representação desequilibrada de mulheres e homens na mídia noticiosa, estes últimos dominando o cenário enquanto sujeitos das notícias e ainda como periodistas<sup>20</sup>. No geral as mulheres estão encarregadas das matérias referentes ao privado: saúde, sociedade, enquanto os homens costumam ter a seu encargo aqueles referentes ao público, reproduzindo e reforçando os estereótipos de lugares específicos para o masculino e o feminino, o que também se reproduz nas notícias sobre as mulheres, que majoritariamente enfocam espaços e ocupações “tradicionais” do feminino.

Analisando as fontes presentes nas matérias jornalísticas, o Mapeamento indica que os homens são privilegiados enquanto fontes em todos os assuntos que são considerados importantes, enquanto que as mulheres são fontes de assuntos “menores”, e por isso mesmo da “alçada feminina”. Além disso, muitas vezes as mulheres são indicadas por suas relações de parentesco (esposa de, filha de), ou seja, são marcadas como pessoas não autossuficientes e independentes.

Outro aspecto fundamental, diz respeito às pesquisas que se realizam tomando como ponto de partida a relação gênero e mídia. Nesse sentido há na região uma importante produção sobre esta temática, partindo de outros campos do conhecimento, especialmente o das ciências humanas, e que se organizam em grupos de trabalho e

---

<sup>19</sup> No original: En los dos últimos decenios, la brecha de género entre las personas que aparecen en las noticias se redujo radicalmente en América Latina, con un impresionante 13% al pasar de 16% en 1995 a 29% en 2015”

<sup>20</sup> Esta realidade tem mudado em vários países e, especialmente no Brasil tem sido alterada com a presença massiva de mulheres na profissão (63% das jornalistas são mulheres). Este aumento quantitativo, no entanto, não resulta em ascensão a cargos de chefia e também não tem modificado a relação de subalternidade, como aponta o estudo de Mick e Lima (2013).

estudos dispersos, além de seminários e encontros nacionais e internacionais, a exemplo do Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia, que acontece anualmente no Brasil e que vai para sua 4ª edição. Nestes espaços a discussão sobre as representações do feminino e da alteridade ganham lugar e há um especial cuidado com a identificação das representações estereotipadas no jornalismo e na propaganda<sup>21</sup>.

No entanto, a percepção da centralidade midiática na construção dos papéis de gênero, bastante explorada por diversas disciplinas, não é tão significativa nos estudos realizados dentro e a partir do campo da Comunicação<sup>22</sup>. No caso do Brasil, por exemplo, reconhecido no continente pela pujança e solidez tanto dos movimentos feministas quanto dos estudos e pesquisas sobre gênero, paradoxalmente há pouca relevância desses estudos no campo da Comunicação e as iniciativas que tratam de pensar a relação mídia e gênero, por exemplo, geralmente partem de outros campos de estudo, notadamente Antropologia, Sociologia, Psicologia e Letras.

Em trabalho anterior (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2015), em estudo exploratório na base de dados sobre pesquisa em Jornalismo no Brasil identificamos, em dez anos, apenas sete trabalhos que se relacionavam a estudos sobre a mulher e em apenas um deles a presença do conceito de gênero. Optamos pela base de dados do Jornalismo, pois as pesquisas em jornalismo no Brasil convivem desde o princípio com iniciativas pioneiras de pesquisas sobre mulheres. Destaca-se o trabalho da pesquisadora paulista Dulcília Buitoni (1981/2009), com *Mulheres de papel*. A intenção da autora neste trabalho foi a de fazer um primeiro estudo sobre a representação da mulher na imprensa

---

<sup>21</sup> Além de trabalhos voltados para a identificação de como mulheres são percebidas nas produções midiáticas existe uma crescente gama de trabalhos que ampliam a discussão abarcando todas as perspectivas abertas pela discussão de gênero que, no entanto, não aprofundaremos neste trabalho.

<sup>22</sup> Como exemplo identificamos que tanto a Revista de Estudos Feministas, quanto Cadernos Pagu, editaram dossiês especiais sobre Gênero e Mídia (respectivamente no 15, 2007 e no 21, em 2003), dossiês estes que reúnem, comparativamente a outros campos, poucos/as pesquisadores da Comunicação, conforme explicado mais adiante no texto.

feminina brasileira e a obra se tornou um clássico da área. Ao abordar a imprensa feminina no país a obra toca em questões mais abrangentes, como o papel social da mulher e sua participação política crescente nas últimas décadas. Desde o princípio, contudo, estas iniciativas de estudos em jornalismo são esparsas e, diferentemente de outras áreas, parecem não acompanhar a tendência dos estudos de Gênero que impregnam campos disciplinares próximos.

Se no Brasil a pouca inserção dos estudos de gênero a partir do campo da Comunicação já foi percebida e apontada, acreditamos que também na América Latina ela pode ser percebida. Apesar da diferença da consolidação dos estudos de gênero nos diversos países, temos fortes indícios de sua evidência, que podemos apontar em observações em revistas latino-americanas do campo da Comunicação.

É o caso da revista Chasqui, editada pelo Centro Internacional de Estudios Superiores em Comunicacion para la America Latina (Ciespal). A importância do Ciespal para a consolidação do Campo da Comunicação na região já foi documentada por vários autores (Berger 2001; Melo, 2009). Sua publicação, a Chasqui<sup>23</sup>, Revista Latinoamericana de Comunicacion, existe desde 1972 e está em seu 131º número. Em um universo de 168 artigos, publicados de 2013 a 2016 em 21 edições (entre informes, artigos e ensaios, sem contabilizar as resenhas) apenas 10 trabalhos mencionam o gênero relacionado à temática<sup>24</sup>, a maioria deles apenas inserindo o vocábulo no texto.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Busca realizada no site da publicação: <http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui>

<sup>24</sup> Como em espanhol (e português), o termo gênero na comunicação tanto se refere às questões de gênero, quanto ao estudo dos gêneros (ex. opinativo e informativo no Jornalismo, drama e melodrama no cinema) o termo quando buscado seleciona trabalhos que não se relacionam ao discutido neste texto.

<sup>25</sup> Interessante notar que, nos idos de 1994, a Revista devotou uma edição especial ao tema Comunicación e Género. No período recente observado, no entanto, as alusões são apenas passageiras. Apenas um trabalho efetivamente detêm-se na problemática de Género.

O mesmo pode ser observado também em relação à *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, editada desde 2004 pela Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic). Buscando a palavra "género" no acervo no site da publicação<sup>26</sup> foram identificados nove trabalhos, sendo que somente em quatro entende-se gênero a partir da perspectiva deste texto.

Uma observação que destacamos é quanto ao sexo dos(as) autores(as). Ao total, foram seis autores responsáveis pelos quatro artigos. Destes, quatro (70%) foram escritos por homens, o que vai na contramão dos estudos de gênero de outras áreas do conhecimento, pelo menos até o presente momento. Outro aspecto a ser ressaltado, é que nenhum dos trabalhos estabeleceu uma discussão aprofundada com a literatura sobre estudos de gênero de outras áreas do conhecimento que se dedicam à temática, notadamente História, a Antropologia ou a Sociologia. Esse resultado é similar com o encontrado no universo dos pesquisadores em jornalismo (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2015). Neste quesito, portanto, os pesquisadores de Comunicação que de alguma forma enfocam as perspectivas de gênero na revista latino-americana estão tateando o tema, a partir de experiências epistemológicas e metodológicas que dominam, mas ainda não conseguem ampliar este diálogo com seus pares de outras áreas do conhecimento. Isto é especialmente interessante se pensarmos que os autores de três dos quatro textos selecionados procedem da Espanha, país em que os estudos que entrelaçam Gênero e Comunicação seguem uma tradição distinta e possuem laços bem mais fortalecidos.

Se esta rápida mirada em publicações científicas provenientes do campo da comunicação aponta para uma representatividade menor dos estudos de gênero, o mesmo podemos observar se voltarmos o olhar para publicações específicas sobre Gênero,

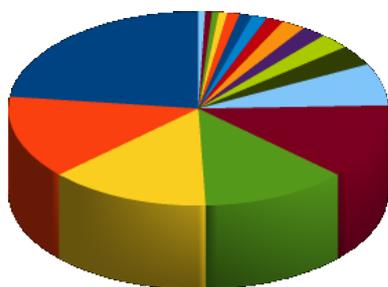
---

<sup>26</sup> <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic>

tradicionalmente multidisciplinares e interdisciplinares.

É o que observamos, por exemplo, na produção de artigos para a *Revista de Estudos Feministas*, importante periódico interdisciplinar voltado para o campo dos estudos de gênero no Brasil. A revista, criada em 1992 por reconhecidas teóricas brasileiras da Região Sudeste do país, desde 1999 sediada na Universidade Federal de Santa Catarina, Região Sul, constitui, junto com o *Cadernos Pagu*, editado na Universidade Estadual de Campinas – SP, as mais importantes revistas acadêmicas do Brasil no campo dos estudos de gênero. Tem como principal objetivo divulgar e promover a vasta produção de conhecimento no campo dos estudos de gênero e feministas, buscando dar subsídios aos debates teóricos nessa área, e às práticas dos movimentos feministas e de defesa das igualdades sexuais, étnicas, raciais, contra todas as formas de discriminações. Ao olhar para a sua produção no período 2003-2016, veremos que artigos provenientes da área de Comunicação aparecem em um número muito menor em relação a outras disciplinas, como Sociologia, História e Antropologia (Lago e Uziel, 2014).

O gráfico abaixo identifica as áreas dos/as autores/as que publicam na revista (2003-2016):



- Sociologia (política; da arte; rural)/Ciências Sociais/Ciências Humanas/Ciência Política (282)
- História (170)
- Antropologia/Etnologia (168)
- Letras/Línguas/Literatura/Filologia/Crítica Literária/Teoria Crítica (153)
- Psicologia/Psicanálise (152)
- Educação/Educação Física (86)
- Filosofia/Teologia/Ciências da Religião (42)
- Comunicação/Cinema/Artes Visuais/Teorias de cinema (32)
- Economia (25)
- Interdisciplinar (25)
- Estudos Culturais/Estudos Hispânicos e Latinoamericanos/Estudos da Tradução (18)
- Direito (16)
- Saúde (Coletiva; Pública; Ciências) (13)
- Serviço Social (13)
- Medicina/Farmacologia/Psiquiatria (9)
- Geografia/Geologia/Demografia (7)
- Enfermagem/Fisioterapia/Motricidade Humana (7)
- Ciências Biológicas/Agronomia (7)

Fonte: Banco de Dados da Revista Estudos Feministas elaborado por Rita Maria Xavier Machado

O gráfico coloca em primeiro lugar no *ranking* as áreas das Ciências Sociais – Sociologia e Política e mostra também uma expressiva produção na área que agrupa Letras, Literatura, Linguística e Filologia. No entanto, apesar da área de Comunicação, Cinema e Artes Visuais estar à frente de outras, a soma dos textos produzidos por autoras/es dessa área não chega a 10% do campo. Além disso, o número também é muito incipiente se levarmos em conta a proeminência da mídia na construção das representações de gênero e sexualidades, aspectos fundamentais no campo de estudos de gênero. Mais ainda, os estudos que tomam a mídia como objeto, pensando a construção das representações de gênero em veículos jornalísticos, por exemplo, ocorrem a partir de espaços não dedicados especificamente à pesquisa em Comunicação.

O gráfico acima revela o pouco expressivo número de autores/as provenientes do campo da comunicação a publicar no periódico (o que se repete em relação a *Cadernos Pagu*, segundo Lago e Longhini, s/d).

Paradoxalmente, se formos analisar a quantidade dos textos produzidos sobre mídia, por exemplo, veremos que o quadro não é o mesmo, pois os artigos se avolumam, com a publicação inclusive de dossiês sobre o tema em números de ambas as revistas<sup>27</sup>. No entanto, constataremos também que esses artigos foram produzidos por profissionais oriundos de outras áreas de formação, especialmente Letras, História, Antropologia, Sociologia.

É certo que as duas revistas são interdisciplinares e muitas/os pesquisadoras/es preferem direcionar sua produção para periódicos qualificados de suas áreas de formação acadêmica e atuação profissional. Mas a análise de publicações brasileiras em revistas

---

<sup>27</sup> O dossiês estão em Revista Estudos Feministas v. 15, no 1, 2007 e em Cadernos Pagu no 21, 2003, conforme citado anteriormente.

acadêmicas e anais de congressos da área de Comunicação, têm revelado uma produção muito incipiente de artigos e pesquisas no campo dos estudos de gênero. Estas observações não se estendem à análise da publicação de livros e coletâneas no Brasil e América Latina, onde a produção de pesquisadores oriundos da comunicação pode ser mais significativa.

Este subdimensionamento das questões de gênero/feministas/das mulheres no campo da Comunicação não é idêntico em todo o continente latino-americano, como não poderia deixar de ser. Alguns países, como a Argentina, por outro lado, tem a tradição de produzir com regularidade conhecimento científico sobre a temática a partir da Comunicação.

No entanto, o fenômeno observado no Brasil parece se repetir, isto é, a prevalência de estudos que partem de outras disciplinas e não do campo da Comunicação. Apesar de esta perspectiva ancorar-se na transdisciplinaridade inerente ao conceito de gênero, é mister observar que este conceito não está ainda enraizado na Comunicação como em outros campos do conhecimento.

### **Considerações finais**

Os estudos de gênero, que iniciaram ancorados na matriz feminista, ampliaram-se e ganharam visibilidade na América Latina, independente das diferenças regionais e de países. Parte importante destes estudos, que centra na relação entre gênero e comunicação, tem sido fomentada a partir de uma perspectiva militante, que reconhece que a mídia ocupa um papel central nas sociedades contemporâneas, ao ser agente privilegiado de construção de significados tanto sobre o feminino e o masculino, mas também sobre a sexualidade e as normatividades sexuais. Estas construções, no entanto, não são lineares ou seguem apenas um determinante. Ao contrário, são extremamente complexas e

necessitam de olhares também complexos, capazes de abarcar os inúmeros aspectos relacionados à atribuição de significado e à construção de identidades, que também está em jogo neste processo.

Esta complexidade não tem passado despercebida nos estudos que articulam gênero e mídia na América Latina, que problematizam a relação mídia, gênero e consumo, por exemplo. Estudos que, majoritariamente, envolveram até o momento, pesquisadoras/es ancorados em outros campos disciplinares, que não o da Comunicação. Esta percepção se ampara em mapeamentos que temos feito, já referidos anteriormente, e também na vivência cotidiana do campo, em congressos e reuniões científicas, e precisa ser problematizada.

A primeira questão refere-se ao estatuto interdisciplinar do campo de estudos de gênero, que necessariamente mescla saberes oriundos dos mais distintos universos. Esta condição de certa forma explica o conjunto de trabalhos significativos que, devotados a pensar as relações mídia e gênero, se originam em campos outros que não o da Comunicação. Mas não explica o porquê de, na Comunicação, os trabalhos e pesquisas voltados a essa relação serem tão pouco visíveis, ou, apesar de existirem, não formarem um corpo coeso capaz de se consolidar em linhas e projetos de pesquisa facilmente identificados e legitimados nos espaços acadêmicos.

Esta pouca visibilidade dos trabalhos é tão mais importante se pensarmos que as questões de gênero têm ocupado espaço cada vez maior no *mainstream* midiático, e nos modelos alternativos, especialmente em momento em que, como no caso do Brasil, conquistas na luta pelo fim das desigualdades de gênero e pela aceitação de outros padrões de sexualidade não fundados em padrões heteronormativos, têm sido alvo de ataques e reações dos setores conservadores da sociedade, muitos ligados a grupos religiosos.

As possíveis consequências deste quadro não são unívocas, pois devem articular a questão da temática e da preocupação com os estudos de gênero, que motivam pesquisadores/as a abraçá-los, construção do campo da Comunicação (BOURDIEU, 2008) em meio às disputas internas que classificam as escolhas de seus objetos, métodos, temáticas e teorias mais ou menos legítimas.

Não é objeto deste trabalho tentar responder esta constatação, pois isso demandaria outra espécie de pesquisa e abordagem. Mas podemos indicar alguns elementos que ajudem a encaminhar hipóteses posteriores. O primeiro elemento, relaciona-se à constituição do campo de estudos da Comunicação como em estreita ligação com as profissões da Comunicação e muitas vezes refletindo sobre demandas diretamente vinculadas a estes espaços. Estes espaços, por sua vez, são marcados pela ausência de um olhar sobre as questões de gênero, como observamos em trabalho anterior (LAGO, LAGO e MARTINEZ, 2016), em que a maioria dos jornalistas homens e mulheres (em média 70%) indagados sobre se as diferenças de gênero afetam o exercício da profissão, responderam que não, que gênero não é algo que possa ser percebido como problema ou questão profissional. Este ignorar as questões relativas ao gênero no campo profissional, pode estar relacionado à ainda reduzida produção de estudos de gênero pelos/as acadêmicos/as e profissionais do campo da Comunicação, pelo menos aqueles/as pesquisadores com carreiras consolidadas.

Como alento, temos percebido especialmente por nosso cotidiano em sala de aula que uma nova safra de pesquisadores/as em formação, em cursos de pós-graduação, ou mesmo em pesquisas iniciantes, na graduação, têm trazido a perspectiva do Gênero em suas multiplicidades. Estes/as novos/as pesquisadores/as com certeza impactarão o Campo da Comunicação, colocando os Estudos de Gênero como parte fundamental deste espaço. É o que esperamos.

## REFERÊNCIAS

- ALVARES, Sonia E., FRIEDMAN, Elisabeth J., BECKMAN, Ericka et all. Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, 2003, no 11, vol2, julho-dezembro p. 541-575
- ALVARES, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, 2014, no 43, janeiro-junho/ pags 13-56
- BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOFELDT, Antonio, FRANÇA, Vera e MARTINO, Luiz (orgs). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, N. 26, 2006 p.329-365.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. In: **Verso e Reverso**, vol. XXV, n. 58, janeiro-abril 2011, pág 62-77.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2008.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble - Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Rotledge & Hall, 1990.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2006.
- BUITONI, D. H. S. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.
- BURKE, Martha e REIGADA, Alicia. Teoria Crítica Feminista y Comunicación. In: **Redes.com**. Brasília, UnB, 2006. No 3. disponível em <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/74> acessado em 07 de agosto de 2015.
- CONNEL, Raewyn e PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma perspectiva global**. São Paulo, nVersos, 2015.
- COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, 2014, no 22 Vol 3. setembro-dezembro. Pags. 929-934
- FEMENÍAS, Maria Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, 2007. No. 15 Vol. 1, jan.-abril. p. 11-25.
- GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. In: **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. V. 12 no 28, Caracas, jun. 2007, s/p

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 17, no.1, 2009, p.2015-240

KUPPERS, Gabriele. De la protesta a la propuesta... a la protesta? Engendrando "nuevas perspectivas solidarias e internacionales desde el feminismo". In: HELFRICH, Silke. **Gênero, feminismo y masculinidad en América Latina**. El Salvador, Edições Böll, 2001. Disponível em <http://www.cancun2003.org/downloads/generofeminismoymasculinidad.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2015.

LAGO, C.; LAGO M.C.S e MARTINEZ, M. **Gender in Journalism: Does it matters in Brazil?** IAMCR Conference. **Anais...**Leicester: 2016

LAGO, M. C. S. e UZIEL, A. Intersecções: Psicologia e Estudos de Gênero na Revista Estudos Feministas (2003-2014). **Labrys, études feministes/estudos feministas**. juillet/december/2014- julho dezembro/2014

LAGO, M. C. S. e LONGHINI, G. N. Gênero e Psicologia em Revistas. s/d (no prelo)

LOPES, Immacolata V.O Campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. In: **Revista Famecos**, n 30, agosto 2006, pags 16-30.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, 2014, no 22 Vol 3. setembro-dezembro p. 935-952.

MACHADO, L. Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, M. C. A. (Eds.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; LAGO, M. C. S. **Gender studies in Brazilian journalism research: a tenuous relationship**. IAMCR Conference. **Anais...**Montreal: 2015

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; LAGO, M. C. S. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016

MELO, J.M. Resgate do Pensamento Latinoamericano. In: **Revista Chasqui**, no 107, 2009, pag 8-13.

MICK, Jacques (coord) e LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro**. Florianópolis, Insular, 2013.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

MONEY, J. **Hermafroditism, Gender and Precocity in Hiperadrenocorticism: Psychologic Findings**. Bull, John Hopkins Hosp., 1955

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2012. (Série Cadernos da Diversidade - 6)

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 26, n. 52, São Paulo, Dezembro 2006.

PISCITELLI, Adriana, Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, V. 11, N.2, jul/dez, 2008 p.263-274

PRECIADO, Beatriz **Manifesto contrasexual**. São Paulo, N-1 Edições, 2014

\_\_\_\_\_ **Texto Yonqui**. Barcelona: Espasa Libros, 2013.

\_\_\_\_\_ Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. In: **Revista Estudos Feministas** Vol. 19, n.1, 2011 p. 11-20

Formatado: Inglês (EUA)

RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

\_\_\_\_\_ Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STOLLER, R. Sex and Gender New York: Science House, 1968.

VEIGA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

